

Volgane Oliveira Carvalho

MANUAL DAS INELEGIBILIDADES

**Comentários à Lei das
Inelegibilidades e Jurisprudência
Atualizada do TSE e STF**

**5ª Edição
Revista, Atualizada e Ampliada**

Prefácio por:

Min^a. Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro

Bruno Cezar Andrade de Souza

Luiz Eduardo Peccinin

Frederico Franco Alvim

Raquel Cavalcanti Ramos Machado Malenchini

Curitiba
Juruá Editora
2024

Visite nossos *sites* na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-1337-4

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 –
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Carvalho, Volgane Oliveira.

C331 Manual das inelegibilidades: comentários à Lei das
Inelegibilidades e jurisprudência atualizada do TSE e STF./
Volgane Oliveira Carvalho./ 5ª edição./ Curitiba: Juruá, 2024.
896 p.; 21,5cm

1. Direito eleitoral. 2. Direitos políticos. 3. Inelegibilidades.
I. Título.

CDD 342.07 (22.ed.)

CDU 342.81

000103

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

1 DIREITOS POLÍTICOS NO BRASIL	33
1.1 TITULARIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS	35
1.2 PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	40
1.3 CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	47
1.3.1 Classificação dos Direitos Políticos Segundo sua Natureza Jurídica.....	51
1.3.1.1 Direitos de caráter processual.....	51
1.3.1.2 Direitos de caráter opinativo	51
1.3.1.3 Direitos de caráter partidário.....	51
1.3.1.4 Direitos de caráter personalista	52
1.3.1.5 Direitos de caráter participativo	56
2 DAS INELEGIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO	59
2.1 CONCEITO DE INELEGIBILIDADE.....	61
2.2 CARACTERÍSTICAS DAS INELEGIBILIDADES	63
2.3 NATUREZA JURÍDICA	65
2.4 CARÁTER OBJETIVO <i>VERSUS</i> CARÁTER SUBJETIVO.....	70
2.5 DISTINÇÃO ENTRE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS E INELEGIBILIDADE.....	74
2.6 CLASSIFICAÇÃO DAS INELEGIBILIDADES	76
2.7 O REGIME BRASILEIRO DAS INELEGIBILIDADES E O PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA	78
3 O MICROSSISTEMA DAS INELEGIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO	87
3.1 SITUAÇÕES INCAPAZES DE GERAR INELEGIBILIDADES.....	87
3.2 MOMENTO PARA AFERIÇÃO DA INELEGIBILIDADE.....	92
3.2.1 A Preclusão	93

3.2.1.1	Preclusão na jurisprudência do TSE.....	94
3.2.2	O Pré-Registro de Candidatura.....	95
3.2.3	Termo Inicial para Aferição da Inelegibilidade.....	96
3.2.3.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	97
3.2.4	Alterações Fáticas e Jurídicas Preexistentes ao Registro.....	97
3.2.5	Alterações Fáticas e Jurídicas Supervenientes ao Registro: Efeitos.....	98
3.2.6	Cabimento do Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED)	104
3.2.7	Súmula 70: O Fim do Prazo de Inelegibilidade como Alteração Fática e Jurídica Superveniente ao Registro	109
3.2.8	Alterações Fáticas e Jurídicas Supervenientes ao Registro: Aplicação aos Casos Concretos	110
3.2.9	Alterações Fáticas e Jurídicas Supervenientes à Diplomação	128
3.2.10	Súmula 43: Alterações Fáticas e Jurídicas Supervenientes ao Registro e sua Repercussão nas Condições de Elegibilidade.....	131
3.2.11	Alteração dos Marcos Temporais na Lei 13.877/2019.....	132
3.2.12	Outras Propostas de Alteração dos Marcos Temporais	135
3.3	HERMENÊUTICA DAS NORMAS REFERENTES ÀS INELEGIBILIDADES.....	137
3.3.1	Primado Hermenêutico da Inadmissibilidade de Interpretações que Descaracterizem a <i>Mens Constitutionis</i> Acerca das Inelegibilidades.....	138
3.3.2	Primado Hermenêutico da Vedação da Ampliação Indevida das Inelegibilidades	140
3.3.3	Vedação do Uso de Vieses Interpretativos Preconceituosos.....	143
3.3.4	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	147
3.4	PRINCÍPIOS DA ANTERIORIDADE E IRRETROATIVIDADE DA LEI <i>VERSUS</i> INELEGIBILIDADES.....	149
3.4.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	152
3.5	COISA JULGADA E INELEGIBILIDADES.....	154
3.6	ALTERAÇÃO DA DATA DA ELEIÇÃO E CONTAGEM DOS PRAZOS DE INELEGIBILIDADE.....	155
4	DAS INELEGIBILIDADES CONSTITUCIONAIS.....	159
4.1	ESTRANGEIROS.....	159

4.1.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	163
4.2	ANALFABETISMO	163
4.2.1	Panorama Conceitual e Realidade Brasileira.....	166
4.2.2	A (Des)Necessidade de Realização de Testes de Alfabetização	171
4.2.3	O Deficiente Visual.....	173
4.2.4	Os Indígenas.....	175
4.2.5	O Caso dos Municípios que Possuem Idiomas Cooficiais .	177
4.2.6	Súmula 15: Possibilidade da Prova de Alfabetização pelo Exercício de Mandatos Anteriores	180
4.2.7	Súmula 55: CNH como Prova de Alfabetização	182
4.2.8	Perspectivas para o Futuro	184
4.2.9	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	186
4.3	REELEIÇÃO.....	191
4.3.1	<u>Necessidade de Afastamento ou Desincompatibilização do Cargo</u>	193
4.3.2	<u>Os Prefeitos Itinerantes</u>	194
4.3.3	<u>A Família Itinerante</u>	196
4.3.4	<u>Reeleição, Renúncia e Nova Candidatura</u>	198
4.3.5	<u>Vacância de Prefeitura e Reeleição</u>	202
4.3.6	<u>Mandato Tampão, Substituição Eventual e Sucessão</u>	203
4.3.7	<u>Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal</u>	207
4.4	DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DOS CHEFES DO EXECUTIVO ...	217
4.4.1	Mandato Tampão, Substituição Eventual e Sucessão do Titular.....	219
4.4.2	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal	220
4.5	PARENTESCO	222
4.5.1	Relações Familiares e Política no Brasil	222
4.5.2	A Inelegibilidade Reflexa por Parentesco nas Constituições Brasileiras.....	227
4.5.3	Objetivos da Inelegibilidade Reflexa por Parentesco	230
4.5.4	Manipulação Fraudulenta da Inelegibilidade Reflexa por Parentesco	233
4.5.5	Vínculo Conjugal	235
4.5.6	Rompimento do Vínculo Conjugal.....	238
4.5.7	Vínculo Paterno-Filial	244

4.5.8	Filiação Socioafetiva	247
4.5.9	Outros Vínculos Familiares	252
4.5.10	Monopólio Familiar	254
4.5.11	Famílias Paralelas	256
4.5.12	Exceções à Regra Geral	259
4.5.13	A Prova do Vínculo Familiar	260
4.5.14	Eleições Suplementares	262
4.5.15	Perspectivas para o Futuro	263
4.5.16	Parentesco com o Vice	265
4.5.17	Súmula 6: Dois Mandatos Seguidos por Grupo Familiar	267
4.5.18	Súmula 12: Inelegibilidade no Município-Filho	267
4.5.19	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal	268
4.6	VIDA PREGRESSA	294
4.6.1	Vida Progressa do Candidato e Direito ao Esquecimento	296
4.6.2	Súmula 13: Autoaplicabilidade da Inelegibilidade Decorrente da Vida Progressa	305
4.6.3	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral	306
5	DAS INELEGIBILIDADES GENÉRICAS INFRACONSTITUCIONAIS	309
5.1	INALISTÁVEIS	309
5.2	CASSAÇÃO DE MANDATO LEGISLATIVO POR INFRAÇÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS OU QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR	312
5.2.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral	316
5.3	IMPEACHMENT	317
5.3.1	<i>Impeachment</i> Presidencial	331
5.3.2	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral	334
5.4	CONDENAÇÃO ELEITORAL DE PARTICULAR POR ABUSO DO PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO	338
5.4.1	Abuso de Poder Político	340
5.4.2	Abuso de Poder Econômico	341
5.4.3	Assistencialismo Social e Abuso de Poder Político	342
5.4.4	Difusão de Desinformação e Abuso de Poder Político	343
5.4.5	Mídia e Abuso de Poder Econômico	345
5.4.6	Internet e Abuso de Poder Econômico	347

5.4.7	Abuso de Poder Religioso	348
5.4.8	Autoria <i>versus</i> Benefício	353
5.4.9	Possibilidade de Divisão da Chapa.....	354
5.4.10	Prova do Abuso	355
5.4.11	Contagem do Prazo de Inelegibilidade.....	355
5.4.12	Condenação Anterior à Lei da Ficha Limpa.....	356
5.4.13	Impossibilidade de Revisão do Julgamento em Sede de Registro de Candidatura	357
5.4.14	Caráter não Automático da Inelegibilidade.....	358
5.4.15	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	358
5.5	CONDENAÇÃO CRIMINAL	392
5.5.1	Condenação Criminal e Presunção de Inocência.....	393
5.5.2	Órgãos Colegiados	395
5.5.3	Julgamento Colegiado dos Crimes Praticados por Organizações Criminosas.....	397
5.5.4	Tribunal Penal Internacional	398
5.5.5	Extinção da Pena	401
5.5.6	Estabelecimento de Penas de Natureza Diversa: Privação de Liberdade e Multa	404
5.5.7	Exceções à Regra Geral.....	407
5.5.8	Acordo de Não Persecução Penal e a Possibilidade de Gerar Inelegibilidade.....	409
5.5.9	Inelegibilidade como Condição de Acordo de Não Persecução Penal	412
5.5.10	Súmula 58: Impossibilidade de a Justiça Eleitoral Reconhecer a Prescrição da Pretensão Punitiva	419
5.5.11	Súmula 59: Reconhecimento da Prescrição Executória Não Afasta a Inelegibilidade	421
5.5.12	Súmula 60: Da Contagem do Prazo de Inelegibilidade Quando Reconhecida a Prescrição Executória	422
5.5.13	Súmula 61: Da Contagem do Prazo de Inelegibilidade e a Detração Eleitoral.....	423
5.5.14	Condenação por Crimes Contra a Ordem Tributária.....	427
5.5.15	Possibilidade de Afastamento da Decisão Condenatória....	428
5.5.16	Absolvição de Parlamentar em Conselho de Ética.....	430
5.5.17	Condenação Criminal Anterior à Lei da Ficha Limpa.....	432
5.5.18	Tipos Penais Atingidos pelo Regramento da Lei da Ficha Limpa.....	434

5.5.19	Da (Im)Possibilidade de Crimes Militares Serem Apon-	
	tados como de Menor Potencial Ofensivo.....	446
5.5.20	Desproporção de Penas entre Tipos Penais Semelhantes...	448
5.5.21	Controle de Convencionalidade e a inelegibilidade de-	
	corrente de condenação criminal	450
5.5.22	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	451
5.6	DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE DO OFICIALATO	467
5.6.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	473
5.7	REJEIÇÃO DE CONTAS.....	473
5.7.1	Exercício de Cargo ou Função Pública.....	474
5.7.2	Rejeição de Contas por Órgão Competente.....	477
5.7.3	Competência para Julgamento das Contas de Prefeitos.....	478
5.7.4	Insanabilidade da Irregularidade Verificada.....	481
5.7.5	Ato Doloso de Improbidade Administrativa	482
5.7.6	Irrecorribilidade do Pronunciamento de Desaprovação	
	de Contas.....	490
5.7.7	Inexistência de Suspensão ou Anulação de Judicial de	
	Aresto de Rejeição de Contas.....	493
5.7.8	Impossibilidade da Inelegibilidade em Causa de	
	Ausência de Imputação de Débito.....	495
5.7.9	Revogação de Decreto Legislativo Municipal que Desa-	
	prova Contas do Prefeito	496
5.7.10	Desaprovação de Contas e os Princípios da Proporciona-	
	lidade e Insignificância.....	499
5.7.11	Modificação de Entendimento do Tribunal de Contas	502
5.7.12	Desaprovação de Contas Anterior à Lei da Ficha Limpa...	504
5.7.13	Incompetência x Improbidade Administrativa	505
5.7.14	Contas de Gestão x Contas de Campanha	508
5.7.15	Súmula 41: Impossibilidade de a Justiça Eleitoral Ava-	
	liar Acerto ou Desacerto de Decisões de Outros Órgãos....	509
5.7.16	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo	
	Tribunal Federal	510
5.8	CONDENAÇÃO DE ADMINISTRADOR PÚBLICO POR A-	
	BUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO	597
5.8.1	Diferenciação Entre as Condutas do Autor e do Benefi-	
	ciário do Ato.....	598
5.8.2	Gravidade do Ato	599
5.8.3	Potencialidade de Dano.....	601

5.8.4	Necessidade de Prova da Finalidade Eleitoral.....	601
5.8.5	Assistencialismo e Abuso de Poder.....	602
5.8.6	Necessidade de Formação de Litisconsórcio Passivo Necessário.....	604
5.8.7	Possibilidade de Uso de Provas Materiais.....	606
5.8.8	Súmulas 19 e 69: Contagem do Prazo da Inelegibilidade ..	608
5.8.9	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	610
5.9	DIRIGENTES DE ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO OU SEGURO LIQUIDADO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIALMENTE.....	646
5.9.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	650
5.10	CONDENAÇÃO ELEITORAL POR CORRUPÇÃO ELEITORAL, CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, IRREGULARIDADES EM ARRECAÇÃO E GASTOS DE CAMPANHA OU CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS	652
5.10.1	Autor e Beneficiário	655
5.10.2	Súmula 69: Contagem do Prazo da Inelegibilidade.....	657
5.10.3	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	658
5.11	RENÚNCIA AO MANDATO APÓS O OFERECIMENTO DE DENÚNCIA CONTRA SI QUE POSSA RESULTAR NA ABERTURA DE PROCESSO POR INFRINGÊNCIA DE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO OU DE LEI ORGÂNICA	666
5.11.1	Contagem do Prazo da Inelegibilidade no Caso de Cassação de Senador	669
5.11.2	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	670
5.12	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS POR ATO DOLOSO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	671
5.12.1	Condenação à Suspensão dos Direitos Políticos	673
5.12.2	Decisão com Trânsito em Julgado ou Proferida por Órgão Colegiado.....	675
5.12.3	Ato Doloso	676
5.12.4	Improbidade Administrativa.....	678
5.12.5	Cumulatividade ou Alternatividade dos Requisitos?.....	679
5.12.6	Lesão ao Patrimônio Público e Enriquecimento Ilícito	681
5.12.7	Necessidade de Análise do Mérito	687
5.12.8	Possibilidade de Retroação da Inelegibilidade	689
5.12.9	Contagem do Prazo de Inelegibilidade.....	689
5.12.10	Improbidade Administrativa e Rachadinhas.....	692

5.12.11	Possibilidade de Retroação dos Dispositivos da Lei 14.230/2021	693
5.12.12	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	695
5.13	EXCLUSÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO POR DECISÃO DE ÓRGÃO PROFISSIONAL	721
5.13.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	727
5.14	CONDENAÇÃO POR SIMULAR OU DESFAZER VÍNCULO CONJUGAL PARA DESCARACTERIZAR INELEGIBILIDADE	727
5.14.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	729
5.15	DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO.....	730
5.15.1	Alcance do Termo Demissão.....	739
5.15.2	Impossibilidade de Realização de Juízo de Valor Acerca da Decisão	742
5.15.3	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	745
5.16	REALIZAÇÃO DE DOAÇÃO ELEITORAL ILEGAL	749
5.16.1	Regime de Doação para Campanhas Eleitorais	750
5.16.2	Necessidade de Quebra da Normalidade do Pleito.....	751
5.16.3	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	753
5.17	APOSENTADORIA COMPULSÓRIA POR DECISÃO SAN- CIONATÓRIA DE MEMBRO DO JUDICIÁRIO OU DO MI- NISTÉRIO PÚBLICO.....	760
5.17.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	764
6	DAS INELEGIBILIDADES ESPECÍFICAS INFRACONSTITU- CIONAIS	767
6.1	DOS PRAZOS DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DETERMI- NADOS PELA LEI DAS INELEGIBILIDADES	768
6.1.1	Conceito e Finalidade da Desincompatibilização.....	771
6.1.2	Comprovação do Afastamento	775
6.1.3	Definição do Cargo Ocupado para Fins de Desincompa- tibilização	778
6.1.4	Instituições Mantidas pelo Poder Público e a Desincom- patibilização	779
6.1.5	Desincompatibilização e Convenções	781
6.1.6	Desincompatibilização e Eleições Suplementares.....	783
6.1.7	Desincompatibilização de Militar.....	784

6.1.8	Desincompatibilização de Detentores de Mandatos Eletivos que Exercem Outros Cargos Públicos	785
6.1.9	Desincompatibilização de Serventuário de Cartório	787
6.1.10	Desincompatibilização de Servidor Comissionado	788
6.1.11	Desincompatibilização de Servidor da Justiça Eleitoral.....	790
6.1.12	Cláusulas Uniformes	791
6.1.13	Desincompatibilizações Após a Emenda Constitucional 107/2020.....	793
6.1.14	Prazos de Desincompatibilização para Eleições Municipais	795
6.1.15	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral	803

REFERÊNCIAS	861
--------------------------	-----

ÍNDICE REMISSIVO	871
-------------------------------	-----